



ATO Nº 377, DE 9 DE AGOSTO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, considerando o constante do Processo TST nº 500.656/2017-3, resolve:

Dispensar a servidora MARIA DE FATIMA BARROS DA SILVA, código 6659, Técnico Judiciário, Área Administrativa, da função comissionada de Assistente 5, Nível FC-5, do Gabinete do Ex.mo Sr. Desembargador Convocado Roberto Nobrega de Almeida Filho, com efeitos a contar de 8 de agosto de 2017, em virtude de sua aposentadoria.

GUSTAVO CARIBÉ DE CARVALHO

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

ATO Nº 2.201, DE 11 DE JULHO DE 2017

O MINISTRO VICE-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, no exercício da Presidência, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 6º, inciso XXV, do Regimento Interno e tendo em vista o contido no Processo nº 008193/17-00.08 do Sistema Eletrônico de Informações, RESOLVE:

Redistribuir, sem ônus para a Justiça Militar da União, nos termos do artigo 37, incisos I a VI, da Lei nº 8.112/90, o cargo de ANALISTA JUDICIÁRIO, área Apoio Especializada, especialidade Estatística, do Quadro Permanente da Secretaria do Superior Tribunal Militar, ocupado pelo servidor ALEX PENA TOSTA DA SILVA, matrícula 8679, para o Quadro de Pessoal do Conselho da Justiça Federal, recebendo em reciprocidade cargo vago de mesma denominação.

LÚCIO MÁRIO DE BARROS GÓES

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

ATO Nº 347, DE 28 DE JULHO DE 2017

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, no uso de suas atribuições, e considerando o que consta do Procedimento Administrativo nº TRF2-PES-2017/00650, resolve:

Conceder aposentadoria voluntária, com proventos integrais, à servidora NELI PAULA DOS SANTOS, Analista Judiciária, Classe "C", Padrão NS-13, do Quadro de Pessoal da Justiça Federal de Primeiro Grau - Seção Judiciária do Rio de Janeiro, com fundamento no art. 3º, incisos I, II e III, e parágrafo único, da Emenda Constitucional nº 47, publicada em 06.07.2005, em interpretação conjunta com o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41, publicada em 31.12.2003, com a Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada, prevista no art. 62-A, da Lei nº 8.112, de 11.12.1990, incorporada nos termos do art. 3º da Lei nº 8.911, de 11.07.1994, observando-se, ainda, o art. 28 da Lei nº 11.416, de 15.12.2006 e o art. 37, inciso XI, da Constituição da República.

ANDRÉ FONTES

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

ATO Nº 547, DE 8 DE AGOSTO DE 2017

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 0004005-70.2017.4.04.8003, resolve:

I - Declarar vago, a partir de 17/07/2017, o cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, do Quadro Permanente de Pessoal das Secretarias da Justiça Federal de 1º Grau, Seção Judiciária do Estado do Paraná, ocupado pelo servidor GUSTAVO PIUMA DODE, localizado na Classe "C", Padrão 13, em virtude de posse em outro cargo inacumulável, nos termos do art. 33, inciso VIII, da Lei nº 8.112, de 11/12/1990 e Resolução 3, de 10/03/2008, do Conselho da Justiça Federal.

II - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS EDUARDO THOMPSON FLORES LENZ

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

ATO Nº 423, DE 9 DE AGOSTO DE 2017

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, com fundamento no artigo 96, inciso I, alínea "b", da Constituição Federal c/c o art. 16, inciso XXIII, do Regimento Interno e tendo em vista o que consta no PA nº 000317-48.2017.4.05.7300, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA à servidora LOURDES NEIDE OLIVEIRA DA ROCHA, ocupante do cargo de Analista Judiciário, Área Judiciária, Oficial de Justiça - Avaliador Federal, Nível Superior, Classe C, Padrão 13, matrícula nº 301, do Quadro de Pessoal Permanente da Seção Judiciária do Estado do Sergipe, com proventos integrais e com direito à paridade de seus proventos com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional 47/2005, com a incorporação do Adicional por Tempo de Serviço nos termos do art. 67, da Lei 8.112/90, c/c art. 15, inciso II, da Medida Provisória 2.225-45/2001, bem como do Adicional de Qualificação, por Especialização, nos termos da Lei 11.416/2006 e a Gratificação de Atividade externa - GAE, instituída pela Lei 11.416/2006 e conforme o art. 4º,

§ 1º, 16 § 1º e 2º, art. 28, 30, § 2º, 3º e Anexo II da Portaria Conjunta 01/2007 da Presidência do STF, do Conselho Nacional de Justiça e dos Presidentes dos Tribunais Superiores, do Conselho da Justiça Federal, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, bem como o art. 7º da Emenda Constitucional 41/2003.

MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL

PORTARIA Nº 144, DE 7 DE AGOSTO DE 2017

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL - TRE-DF, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17, inciso XII do Regimento Interno deste Tribunal; do previsto nos arts. 193 da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990 c/c o art. 2º da Lei 8.911, de 11 de julho de 1994; bem como das deliberações contidas no Processo Administrativo SEI 0003062-04.2017.6.07.8100, resolve:

Art. 1º Alterar o ato inicial da aposentadoria concedida à Servidora GILCA MARIA PEREIRA DE MACEDO.

Art. 2º Fica acrescido, ao ato inicial de aposentadoria da Servidora nominada à epígrafe, a vantagem denominada "opção", correspondente ao valor da Função Comissionada código FC-4.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Des. ROMEU GONZAGA NEIVA

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ

PORTARIA Nº 17.101, DE 3 DE AGOSTO DE 2017

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 23, item XXV, do Regimento Interno, e à vista do que consta no processo administrativo eletrônico SEI nº 0023555-50.2016.6.14.8000, resolve:

Art. 1º NOMEAR o candidato CLAUDIO ROBERTO MESQUITA DA SILVA, habilitado em Concurso Público de Provas realizado pelo Instituto Americano de Desenvolvimento (IADES) para provimento de cargos neste Tribunal, cujo resultado foi homologado pela Resolução TRE/PA nº 5.249, publicada no DJE em 24/07/2014, prorrogado por meio da Resolução TRE-PA nº 5.364 publicada no DJE em 14/07/2016, para exercer, em caráter efetivo, nos termos do art. 9º, I, da Lei nº 8.112, de 1990, o cargo de ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA, Nível Superior, Classe "A", Padrão 1, do Quadro de Pessoal Permanente do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, de acordo com a Lei nº 11.416, de 2006 e alterações, em vaga decorrente da declaração de vacância do cargo ocupado pela servidora ROSANGELA LOPES VALENTE por meio da Portaria nº 17.062/2017, publicada no DOU de 21/07/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

PORTARIA Nº 17.105, DE 4 DE AGOSTO DE 2017

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e à vista do contido no Processo Administrativo Eletrônico nº 0003873-75.2017.6.14.8000, resolve:

Art. 1º DISPENSAR a servidora requisitada SHEYLA ROSE GARCIA NORONHA, da Função Comissionada de Assistente I, nível FC-1, da 2ª Zona Eleitoral - Belém, com fulcro no art. 35, I, da Lei nº 8.112/1990.

Art. 2º DESIGNAR o servidor MÁRCIO JOSÉ GUIMARÃES DA SILVA, Técnico Judiciário da Área Administrativa do Quadro de Pessoal Permanente deste Tribunal, para exercer a Função Comissionada de Assistente I, nível FC-1, da 2ª Zona Eleitoral - Belém, com fulcro na Lei nº 13.150/2015, e no § 1º, do art. 4º, da Resolução TSE nº 23.448/2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

PORTARIA Nº 17.106, DE 4 DE AGOSTO DE 2017

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e à vista do contido no Processo Administrativo Eletrônico nº 0008060-71.2017.6.14.8003, resolve:

Art. 1º DESIGNAR a servidora MARINEIDA BENTES DA SILVA, Técnico Judiciário da Área Administrativa do Quadro de Pessoal Permanente deste Tribunal, para exercer a Função Comissionada de Assistente I, nível FC-1, da 83ª Zona Eleitoral - Santarém, com fulcro na Lei nº 13.150/2015, e no § 1º, do art. 4º, da Resolução TSE nº 23.448/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

PORTARIA Nº 17.107, DE 4 DE AGOSTO DE 2017

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e à vista do contido no Processo Administrativo Eletrônico nº 0008080-76.2017.6.14.8046, resolve:

Art. 1º DISPENSAR o servidor requisitado ALEX CAVALCANTE DA SILVA, da Função Comissionada de Assistente I, nível FC-1, da 46ª Zona Eleitoral, sediada no município de Santana do Araguaia, com fulcro no art. 35, I, da Lei nº 8.112/1990.

Art. 2º DESIGNAR a servidora ÉRICA FONTENELE DE SOUZA AZULAY, Analista Judiciária da Área Judiciária do Quadro de Pessoal Permanente deste Tribunal, para exercer a Função Comissionada de Assistente I, nível FC-1, da 46ª Zona Eleitoral, sediada no município de Santana do Araguaia, com fulcro na Lei nº 13.150/2015, e no § 1º, do art. 4º, da Resolução TSE nº 23.448/2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO

PORTARIA Nº 199, DE 18 DE JULHO DE 2017

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO, no uso das atribuições regimentais e considerando o que consta do PAD nº 5.373/2017, resolve:

Art. 1º Conceder aposentadoria voluntária, com proventos integrais, à servidora Maria Paula Candia Soares, ocupante do cargo efetivo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, Classe C, Padrão 13, nos termos do artigo 3º da Emenda Constitucional n. 47, de 5 de julho de 2005.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÁRIO DEVIENNE FERRAZ

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

ATO Nº 94, DE 9 DE AGOSTO DE 2017

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE, Des. Ricardo Múcio Santana de Abreu Lima, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 28, inciso IX, do Regimento Interno;

Considerando os artigos 9º, inciso I, e 10, da Lei 8.112, de 11.12.90, resolve:

Art. 1º NOMEAR, em caráter efetivo, para o Quadro de Pessoal Permanente do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, o candidato ROMÁRIO GOMES SANTOS, CPF 091.061.124-63, classificado em 2º lugar no Concurso Público realizado por este Tribunal, cujo ato de homologação foi publicado no DOU - Seção 3, do dia 16/02/16, para o cargo de Analista Judiciário - Área Administrativa, NS, Classe A, Padrão I, na vaga decorrente da redistribuição, por reciprocidade, do cargo ocupado pela servidora Marta Maria Oliva Barbosa Leite com cargo vago do TRE/RJ, por meio da Portaria TRE/SE 724, de 12/07/2017, publicada no DOU, Seção 2, em 14/07/2017.

Des. RICARDO MÚCIO SANTANA DE ABREU LIMA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

PORTARIA Nº 1.873, DE 7 DE AGOSTO DE 2017

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso de sua competência legal e tendo em vista o contido no PA N 1001248/2017, resolve:

Art. 1º Dispensar, a partir de 26 de julho de 2017, VANDERLEI BATISTA CERQUEIRA, matrícula N. 314.779, Analista Judiciário, Área Judiciária, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, da Função Comissionada, FC-05, de Oficial de Gabinete, destinada ao Substituto do Diretor de Secretaria da 3ª Vara Criminal da Circunscrição Judiciária de Taguatinga.

Art. 2º Designar a Bacharela em Direito SANDRA MARIA GUIMARÃES CURSINO LOPES, matrícula N. 308.633, Técnico Judiciário, Área Administrativa, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, para exercer a Função Comissionada, FC-05, de Oficial de Gabinete, destinada ao Substituto do Diretor de Secretaria da 3ª Vara Criminal da Circunscrição Judiciária de Taguatinga.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DES. MÁRIO MACHADO